



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



**AUDITÓRIO DO CENTRO DE CONVENÇÕES DO RIOCENTRO, RIO DE
JANEIRO, RJ, 4 DE DEZEMBRO DE 2000**

Companheiros de Mesa, Senhoras, Senhores, Cooperativistas todos,

É sempre difícil ao Presidente da República, depois de ter ouvido discursos tão estimulantes, sendo sempre o último a falar, acrescentar qualquer coisa que possa ter significado, depois de palavras tão expressivas que foram aqui pronunciadas.

Não obstante, eu não gostaria de me furtar, não ao dever, mas à satisfação de poder dirigir algum pensamento, alguma reflexão sobre os desafios que estão sendo colocados aqui, pela prática da sociedade contemporânea, que foram reavivados pelos que me antecederam.

Na verdade, a Humanidade está entrando neste novo milênio com um desafio – que foi aqui repisado – de criar novas instituições políticas, também, que estejam à altura tanto dos problemas, dos desafios, quanto das possibilidades que são trazidas pelo fato de que vivemos, hoje, numa economia que é interconectada, que é globalizada e que é impulsionada pelas novas tecnologias e que tem, nessa espécie de falta de controle do sistema financeiro internacional, um motor perverso mas que se transformou, hoje, numa realidade desafiante. E não nos

cabe apenas chorar sobre o que aconteceu, mas buscar caminhos que possam levar à superação das dificuldades.

É certo que a década de 80 foi marcada pela crença de que a desregulamentação dos mercados, a aceleração dos progressos tecnológicos, por si sós, iriam trazer prosperidade e bem-estar para todos; e que os países precisavam, dizia-se à época, cortar as gorduras e, talvez, até mesmo, as musculaturas do Estado, e derrubar as barreiras ao comércio e acolher bem as empresas multinacionais; e ainda que, daí, os frutos do desenvolvimento decorreriam, e bastava colhê-los.

Não foi essa a experiência da década de 90. Esta década trouxe o reconhecimento de que, na verdade, as instituições contam. E hoje, até mesmo os economistas do Banco Mundial e do FMI passaram a admitir que as instituições contam, e que as formas de coesão social têm que ser, outra vez, valorizadas, para fazer a contraposição àquilo que pode parecer, muitas vezes – e é – o desenvolvimento, o desencadeamento de forças produtivas que tomam, freqüentemente, aspectos incontroláveis e que destróem, ao mesmo tempo em que constróem.

É claro que estabilidade política, o equilíbrio entre os poderes, o respeito aos direitos humanos, a transparência e a responsabilidade das instituições governamentais passaram a ser, a partir dessa nova visão, não apenas um luxo de países ricos, mas elementos essenciais para a criação de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento científico, tecnológico, ao progresso dos países que são mais pobres.

Isso significa, na prática, que está havendo o que se poderia chamar de uma superação do que então foi denominado de Consenso de Washington, que era o apogeu da idéia de que a liberação do mercado e o encolhimento do Estado resolveriam as questões mais agudas dos nossos povos.

Mas, evidentemente, essa superação do Consenso de Washington não pode significar, pura e simplesmente, a volta às formas antigas de intervenção típicas do Estado do Bem-Estar Social do século XX e que começaram a ser sonhadas, como agora se sonha com outras formas, no século XIX, mas que encontraram o seu apogeu no século XX.

Naturalmente, o colapso do socialismo soviético feriu de morte o prestígio da planificação econômica centralizada, baseada no controle estatal dos meios de produção. E o Estado nacional se tornou grande demais, talvez, para lidar com problemas locais, como educação, a saúde, etc.; e pequeno para lidar com os problemas globais: o clima, as finanças, a Internet. É um paradoxo, mas é assim.

Nós vivemos, hoje, esse mundo desafiador, de uma economia globalizada, de uma desigualdade entre as Nações, a descrença na viabilidade das formas que foram sonhadas em outras épocas, de um Estado centralizador e, por outro lado, a convicção de que o próprio Estado Nacional, realmente, é insuficiente, para lidar com os grandes problemas mundiais.

Acabamos de assistir, agora, em Haia, a uma decepcionante reunião, a respeito do controle das mudanças climáticas, em que a intransigência dos países mais ricos impediu que houvesse avanços consistentes, em matéria dessa importância. Por outro lado, o Estado tornou-se grande demais para lidar com as questões locais.

Quando o Governador menciona aqui, e com propriedade, um esforço de uma cooperativa para que os que estavam excluídos pudessem ter trabalho e, ao mesmo tempo, mostra que é preciso fazer coisas simples, mas que dizem respeito ao atendimento direto da população, como um restaurante numa estação de estrada de ferro, obviamente disso é o poder local quem tem que se ocupar. E não se pode mais imaginar que, centralizando-se as decisões e a partir de um Estado gigantesco, fosse possível enfrentar problemas desta natureza.

Além disso, estamos vendo que, para o desenvolvimento sustentável, neste novo milênio, as instituições que contam incluem uma ampla diversidade de organizações do chamado terceiro setor, que não são nem privadas e nem estatais. Talvez seja isso que temos de mais novo e mais característico do lado positivo, tantos são os lados negativos, alguns dos quais aqui enfatizados. Mas também há um lado novo. E esse lado novo é que há um terceiro setor, ou seja, associações de formas novas de sociabilidade e de coesão social, que já não são mais abrigadas no mercado apenas, nem no Estado, mas que

dizem respeito à forma de interação da própria sociedade, que vai interagir tanto com o Estado quanto com o mercado, e que tem um papel cada vez mais importante na nossa vida contemporânea.

Aliás, há um outro Prêmio Nobel, nesse caso, de Economia, que é um homem que admiro muito. Chama-se Amartya Sen, que é um economista da Índia. Ele mostra como é preciso superar a visão da pobreza apenas como privação material. Ele insiste muito sobre o fato de que os ricos sociais e de cultura cívica reproduzem e perenizam a privação material, ou seja, que é preciso também imaginar, para que possamos fazer frente aos novos desafios, novas formas de coesão social que permitam que as pessoas se sintam amparadas, com vínculos sociais e de cultura cívica, de tal maneira que elas possam sair da situação de marginalização.

Ninguém mais há de imaginar que a situação de pobreza, de marginalização possa, simplesmente, resolver-se, evidentemente, pela mão invisível do mercado. Seria impossível pensar que resolvesse. Mas a mão longa do Estado também não resolve. É preciso que haja novas formas de cultura e de associação que permitam, portanto, reorganizar essa questão. Existem muitos programas que têm sido bem-sucedidos no combate à pobreza. E eles não se transferem, não se limitam à transferência de renda. Eles precisam muito mais do que isso: precisam de uma ação integrada e múltipla de agentes estatais e não-estatais, para adensar a vida econômica e associativa nas localidades que formam os bolsões de pobreza.

E o cooperativismo entra nisso como um elemento importante, num novo Estado de Bem-Estar Social. Ele nasceu – é verdade – na visão de um Estado de Bem-Estar Social anterior. Mas ele entra plenamente naquilo que acabo de descrever como a necessidade para fazermos face aos desafios do mundo contemporâneo. São formas nem estatais, nem de mercado. São formas específicas, que lidam com os dois fenômenos e que dizem respeito a uma nova mentalidade, a uma nova cultura, e que repudiam o assistencialismo, porque querem revalorizar a ação do ser humano, do ser humano que é respeitado na medida que encontra vínculos com outros seres hu-

manos e que tem valores nos quais ele acredita. E, portanto, ele pode sonhar, pode imaginar que ele supera uma situação de dificuldade, porque vê mais longe e se sente apoiado.

É, portanto, nessa idéia da cooperativa como, eu diria assim, uma empresa com o coração, um híbrido de empresa e de organização do terceiro setor, que podemos ver que existe uma expectativa de um mundo que seja diferente e que seja melhor. Essa cooperativa vista como uma empresa com coração se caracteriza por aliar diretamente, na mesma organização cooperativa, dois aspectos fundamentais do desenvolvimento sustentável: a racionalidade econômica e o sentido de solidariedade social.

É isso que estamos vendo nascer no mundo contemporâneo. Não vejo o mundo como um mundo de nuvens pesadas apenas. Vejo o mundo como um mundo que tem também um céu aberto de possibilidades, porque da impossibilidade de a racionalidade econômica ser o único elo a partir do qual se organiza a sociedade, o mercado, passou-se agora, à crença de que é possível haver uma vinculação entre a racionalidade econômica e o sentido da solidariedade social. E foi isso que primou no cooperativismo no século XX e deve continuar, fundamentalmente, no século que se aproxima, no século XXI.

É claro que a cooperativa nasceu como uma estratégia de sobrevivência dos pobres e, tipicamente, no passado, dos trabalhadores desempregados pela Revolução Industrial. Há até um paralelismo com a angústia que todos sentimos pela ausência de oferta maior de emprego no mundo de hoje.

Pois bem, foi em situação semelhante – e não nos esqueçamos de que o século XIX foi um século duríssimo para os mais pobres, quiçá bem mais duro que o século atual – que o cooperativismo nasceu, inicialmente, com esse impulso de sobrevivência dos mais pobres. E não se pode subestimar essa característica do cooperativismo, de novo, agora, num mundo em que o emprego continua sendo um problema dramático.

Claro que ao longo do século XX o cooperativismo também revelou seu potencial, como alavanca da eficiência econômica, pelas eco-

nomias de escala que proporciona e pela integração, tanto horizontal quanto vertical, a que também dá margem. E, hoje, por paradoxal que seja, a globalização põe em evidência esse enorme potencial do cooperativismo. É a resposta, quem sabe, que nós poderemos vir a dar, nesse mundo tão desafiador e, em alguns aspectos, sombrio.

Na verdade, nessa economia globalizada, a eficiência deixa de ser essencialmente uma função da empresa isolada. Passa a ser função da rede de clientes, fornecedores, parceiros de vários tipos, com os quais a empresa consegue se conectar. E a corporação multinacional, na verdade, passa a ser uma rede dessa natureza. O mundo em que nós vivemos, hoje, é um mundo de redes.

E aí, de novo, o paradoxo no mundo que começa selvagemente ameaçador, como se o mercado fosse liquidar as instituições sociais todas, o Estado passaria a ser algo dispensável: de repente se descobre que esse mundo só funciona em rede.

E a mesma máquina que permite os aspectos mais selvagens do mundo contemporâneo – por exemplo, a Internet é uma comunicação rapidíssima, através da informação, da transferência de recursos, dos fluxos financeiros do dia para a noite – esta mesma máquina permite redes de solidariedade. Parece contradição, paradoxal, mas ela permite. E o mundo moderno é, cada vez mais, ao mesmo tempo, um mundo que necessita, suscita, clama por redes de solidariedade e, portanto, que abre margem, abre espaço para esse cooperativismo.

Acredito que, na verdade, seria enganoso pensar que o mundo, agora, depende apenas das empresas locomotivas. Não é assim. Se nunca foi assim, agora menos ainda. O mundo contemporâneo precisa, exatamente, de um tecido econômico capaz de integrar empresas de diferentes tamanhos, formatos e ramos de atividade.

Essa cooperativa de segunda geração – e eu aqui tiro a expressão do Doutor Roberto Rodrigues, que é sempre tão inspirado, ele não apenas sonha de uma maneira bela e compartilha do sonho de todos nós, também é um analista perspicaz e utiliza essas expressões – uma cooperativa de segunda geração é aquela que, sem perder o coração solidá-

rio, que é o coração, mesmo, da cooperativa, ela também se habilita para explorar, a fundo, o seu potencial de eficiência econômica.

É, portanto, um tipo especial de empresa, semelhante às outras no cálculo econômico, no profissionalismo da gestão, na permanente absorção de conhecimento. Mas se distingue das empresas privadas pelo modo como utiliza esses elementos em benefício de seus clientes que são, ao mesmo tempo, proprietários. E, de acordo com os valores fundamentais do cooperativismo: a solidariedade, a eqüidade e a democracia. É uma espécie de rede de ajuda mútua, que permite aos associados não meramente sobreviver, mas se integrar, competitivamente, nas redes de produção e consumo dessa economia globalizada.

Essa globalização não pode ser vista como uma panacéia, porque não é. Mas, também, não é uma praga. Ela permite oportunidades. E o cooperativismo tem que entrar nessas oportunidades, para que possa ter o efeito realmente transformador que tem.

Ao mesmo tempo em que existe concentração de poder, de renda, existe desemprego e perda de coesão social há; também, uma escala de circulação de riquezas sem precedentes, uma ampliação de informações de conhecimento e uma universalização dos valores democráticos.

Temos que ver sempre as coisas pelos seus vários lados. Dizem que em chinês, eu não sei, aqui há um chinês, fico com medo de dizer, a expressão de crise tem sempre um ideograma que diz, ao mesmo tempo caos e oportunidade, tragédia e saída. É assim que devemos encarar os nossos desafios. Ao mesmo tempo em que esse mundo, no qual vivemos, tem tantos problemas, essa mesma base que cria esses problemas, se nós soubermos aproveitar, podemos ter saídas para essas questões. E o cooperativismo está, exatamente, no eixo da possibilidade dessa saída.

É claro que, para aproveitar essa oportunidade, precisamos da ação dos Estados Nacionais, das empresas, mas também, cada vez mais, do que tenho chamado de uma nova cidadania planetária, que vai sendo criada pelos meios de comunicação e pelas organizações não-governamentais. O cooperativismo é um instrumento, é

um elemento disso que estou chamando de cidadania planetária. São valores, são crenças de coesão social, de solidariedade, de eqüidade, que transcendem as fronteiras nacionais e que são fundamentais, sem destruí-las, naturalmente, e sem diminuir o nosso apego a cada um dos nossos países, mas que permite uma relação muito mais ampla.

Pois bem no fundo, o que acabo de dizer é, simplesmente, num outro tom, a mesma coisa do que foi dita aqui. E gostaria de pedir permissão também àqueles que estão aqui, neste Rio Cooperativo 2000, como já foram feitas essas referências ao Rio de Janeiro — quando estou no Rio, digo sempre que nasci aqui, embora paulista — mas o fato de estarmos aqui, nesta troca de experiência apenas nos faz ver a importância de todos esses fatos. Eu gostaria de pedir permissão para me referir, em alguns aspectos, muito poucos, à questão do que se fez aqui, no Brasil, nessa matéria. Mas o fato é que os diferentes tipos de cooperativa no Brasil somam perto de 6 milhões de associados e movimentam algo como 5% do Produto Interno Bruto, ou seja, têm um peso razoavelmente grande. E é nossa obrigação, como dirigentes do País, facilitar a ação dessas cooperativas.

Não quero me referir com mais detalhes, até porque o Doutor Dalpasquale já teve a gentileza de mencionar alguns dos esforços do Governo. E não caberia a mim recalcá-los, aqui, neste momento. Mas quero dizer apenas que, na verdade, de toda maneira, se quisermos imaginar a possibilidade de um país como é o nosso, o Brasil, tão cheio de diferenças regionais, sociais, desigualdades, bolsões de pobreza e de exclusão, se pudermos imaginar um futuro, como devemos imaginar um sonho, como aqui foi dito, que nos alente a acreditar que vamos criar condições melhores de vida para todos, não vamos poder deixar de tomar as medidas essenciais para o desenvolvimento do cooperativismo.

Foi por isso que recriei a possibilidade dos bancos cooperativos no Brasil. Foi por isso que, a despeito da burocracia, tão difícil de ser vencida até hoje, criamos um programa, o Recoop, para tentar recolocar as cooperativas em funcionamento, com muita dificuldade,

porque, na verdade, o tecido da própria estrutura estatal resiste às decisões presidenciais e aos anseios nacionais. Mas estamos empenhados em levar adiante essas transformações. Criamos alguns mecanismos para recolocar isso tudo em funcionamento, não porque o Governo quisesse, simplesmente, ceder – e não há mal nenhum em ceder – aos apelos ou às pressões, não apenas, como agora mesmo, ao chegar aqui, que vejo manifestações a favor do que sou favorável, das cooperativas de trabalho – o Ministro Dornelles estará pronto a ajudar na definição das cooperativas de trabalho –, mas não apenas por essas razões, senão porque, como acabei de expor aqui, nas breves reflexões que fiz, não apenas como Presidente só, mas como sociólogo que sempre fui, estou convencido de que não vamos poder dar passos significativos se não abrirmos um espaço para essas organizações do terceiro setor, sem as quais não há como fazer face aos desafios do futuro, com benefício para a população e para as camadas mais necessitadas dessa população.

Isso não é, portanto, apenas em razão de que seja normal da responsabilidade do Presidente estar aqui, mas é porque o Presidente acredita fundamentalmente na nova sociedade. E as cooperativas são parte essencial dessa nova sociedade.

Mas eu queria, ao finalizar, depois de ter mencionado o Rio de Janeiro, agradecido a presença do Governador e do Prefeito do Rio de Janeiro, a presença de tantos colegas aqui, na mesa, Ministros, Deputados, Parlamentares, Presidentes de Associações, etc., me referir mais especialmente àqueles que vêm de fora. Se disse, como disse há pouco, que o mundo moderno é um mundo que requer redes, conexões, e que ele ultrapassa, no bom sentido, as fronteiras nacionais, para que, dentro de cada um dos países, possamos melhor viver, precisamos de mais interconexão e de mais contatos universais: quero agradecer muito especialmente a presença de representantes de setenta países.

Se me permitem citar só um, o “menorzinho” deles – a China –, quero dizer que estou muito satisfeito com a presença aqui de um Ministro chinês que está aqui, com a Organização das Cooperativas

do Brasil, e está também nos ajudando a buscar novos caminhos na China para produtos brasileiros, notadamente, no caso, o café. Vê-se, portanto, que não é possível resolver problema algum se não houver esse contato direito e essa rede. E confio muito na rede, aqui representada pelo nosso companheiro chinês, e que vamos dar um exemplo, através disso, de como será possível, mais e mais, o Brasil se interconectar com todos os países do mundo.

E, se citei a China porque é o “menor” país, imaginem o que eu diria dos países maiores que estão aqui representados, com os quais contamos, e muito, para que o Brasil possa ter uma participação mais ativa no comércio internacional, na reconstrução da ordem mundial, na visão de uma sociedade mais solidária e mais democrática e que traga aquilo que é essencial para que possa existir democracia e solidariedade – e o que o Roberto Rodrigues já mencionou, que é paz. Sem paz não há progresso. Sem paz não há coesão social. Sem coesão social não há possibilidade de se vislumbrar dias melhores para o futuro.

Portanto, desejo que continuemos com esse mesmo espírito, muito empolgados pelas nossas tarefas como pessoas que acreditam uns nos outros, nos seres humanos.

Muito obrigado.